

Uma crítica a nossos

O Fundo critica a redução dos empréstimos. Mas o Bird lembra que a concessão

JNDO

JORNAL DA TARDE — 9

credores. Do FMI.

de mais dinheiro depende do programa de ajustamento desses países.

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, criticou ontem os banqueiros dos países industrializados por causa das reduções, em larga escala, nas concessões de novos créditos aos países em desenvolvimento. "Embora fosse inevitável e inclusive essencial para os bancos reduzir seus empréstimos, que alcançaram níveis insustentáveis a partir de 1981, essa desaceleração tem sido demasiado rápida e, se a tendência não se modificar, poderá sufocar os esforços dos países que estão procurando ajustar suas respectivas economias", advertiu o dirigente do FMI.

Esses comentários foram feitos por Larosière em declaração preparada para uma reunião do chamado Comitê de Bretton Woods, um grupo privado de especialistas financeiros norte-americanos interessados em questões internacionais.

A reativação dos empréstimos por parte dos bancos comerciais beneficia tanto aos bancos como aos países devedores — explicou Larosière, segundo quem "um maior nível de créditos facilitaria os esforços de ajuste dos países devedores, ao mesmo tempo em que incrementa a qualidade dos próprios ativos dos bancos".

Dívida brasileira

As negociações encaminhadas pelo Brasil com a comunidade financeira internacional, em torno da dívida externa, ainda não podem ser consideradas conclusivas porque o governo norte-americano continua pressionando fortemente para que o País assine um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O secretário do Tesouro, James Baker, e o presidente do Federal Reserve, Paul Volker, chegaram a deixar implícito, em conversas com autoridades brasileiras, que um acordo com o FMI facilitaria bastante a situação econômica do País, na medida em que até dinheiro novo poderia ser facilmente obtido.

A preocupação norte-americana, comentou alta fonte do governo brasileiro, é o precedente que o Brasil está forçando, recusando um entendimento formal com o FMI e partindo para uma negociação direta com os bancos credores. Estes, por sua vez, com a orientação do governo norte-americano, ainda insistem no aval do FMI ao programa econômico brasileiro.

Nas negociações realizadas semana passada, em Nova York, em certo momento alguns credores chegaram a mencionar o nome do ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que já teria feito um acordo anterior, antes do início da Nova República. Autoridades econômicas do atual governo consideram natural a saudade dos banqueiros com relação a Pastore.

O que importa, segundo fonte brasileira, é que por princípio o Brasil efetivamente não fechará acordo com o FMI. Não aceitará seu monitoramento e pretende efetivar um acordo de renegociação com os bancos sem o aval de Jacques de Larosière.

Banco Mundial recomenda menos ingenuidade

O presidente do Banco Mundial (Bird), A. W. Clausen, disse ontem que a disposição dos bancos comerciais de oferecer mais financiamentos aos países endividados depende de maneira decisiva do avanço do processo de ajustamento nesses países, da qualidade desse ajustamento e de sua orientação para o crescimento.

Falando ao comitê de Bretton Woods, Clausen realçou que as negociações entre o Bird e os devedores têm de ser individuais. Afirmou ainda que os empréstimos para ajustamento na escala que prevê, subordinados à total reestruturação econômica que se exigirá, não serão aceitos ou acertados do dia para a noite.

"Nossa experiência com esse tipo de operação está bem desenvolvida e descobrimos que nações soberanas negociam tais empréstimos com extremo cuidado. Elas enfrentam dilemas políticos e econômicos tão sensíveis e tão difíceis como aqueles que nós enfrentamos em nosso próprio país. Portanto, não vamos criar expectativas ingênuas", declarou Clausen.

O presidente do Bird disse ainda que o senso de urgência dessa instituição em relação à dívida não se originou em Seul. "Muito antes daquele encontro — a assembleia anual do FMI-Bird, realizada em outubro — formulamos programas de empréstimos criativos para vários dos países latino-americanos altamente endividados", afirmou.

Para continuar enfrentando de maneira satisfatória o problema da dívida, disse, esses países têm de promover as necessárias reformas de política econômica.

O declínio argentino

Clausen citou o exemplo da Argentina, realçando suas dificuldades. Disse que os juros sobre a dívida externa absorvem agora cerca de 40% da poupança interna bruta do país, ao passo que no início da década de 70 absorviam apenas 5%. Enquanto a dívida argentina crescia, a produção interna declinava, explicou.

"Como pode a Argentina revertêr esse declínio?", perguntou o presidente do Bird. Em primeiro lugar, disse, a manutenção de sua política de reforma monetária e fiscal é uma precondição para isso. Em segundo, tem-se de restaurar o crescimento econômico positivo. Em terceiro, o consumo per capita tem de melhorar, a fim de que haja consenso político para sustentar o programa do governo. Finalmente, disse Clausen, a razão dívida/exportações precisa ser reduzida a níveis que permitam ao capital estrangeiro desempenhar um papel mais normal na economia.

**A.M. Pimenta Neves,
de Washington.**